



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Trabalho com sujeitos sociais: imprescindibilidade da leitura da realidade social

Gissele Carraro¹
Jane Cruz Prates²
Solange Emilene Berwig³

Resumo: O estudo objetiva problematizar a importância da leitura da realidade social para o planejamento das intervenções efetuadas com sujeitos individuais e coletivos. Entende-se que esse é um requisito inicial para a construção de propostas de trabalho junto às diferentes políticas sociais públicas. Trata-se de uma revisão de literatura. Destarte, subentende que os profissionais desvendem, além das situações ou fenômenos sociais que afetam os indivíduos, o contexto em que se encontram inseridos, na perspectiva de construir estratégias de ação qualificadas e que atentem para as reais necessidades sociais. Pautado nessas observações, pontuam-se algumas questões sobre a leitura da realidade social, enquanto um elemento essencial do processo de planejamento, apresentando algumas categorias analíticas para a leitura da realidade social e algumas ponderações sobre a mesma com relação aos sujeitos sociais e coletividades.

Palavras-chave: Realidade Social; Planejamento; Sujeitos Individuais e Coletivos; Políticas Sociais.

Working with social subjects: indispensable reading of social reality

Abstract: This study aims to problematize the importance of Reading the social reality for the planning of interventions performed with individual and collectives subjects. It is understood that this is initial requirement for the construction of proposals for work with different public social policies. This is a literature review. Therefore, it implies that the professionals reveal, in addition to the situations or social phenomena that affect individuals, the context in which they are inserted, in the perspective of building qualified action strategies that attend to the real social needs. Based on these observations, some questions are raised about the reading of social reality, while an essential element of the planning process, presenting some analytical categories for the reading of social reality and some considerations about it in relation to social subjects and collectivities.

Keywords: Social Reality; Planning; Individual and Collective Subjects; Social Politics.

I – Introdução

O planejamento de todo e qualquer processo de trabalho (que não é único, tampouco idêntico) com sujeitos individuais e coletivos, efetuado junto às diferentes políticas públicas supõe primordialmente o reconhecimento da necessidade de intervenção sobre e em certa realidade social, identificando e interpretando analiticamente os processos, as particularidades e as dinâmicas que se processam no

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Pós-doutoranda em Serviço Social na PUC-RS. Bolsista CAPES. E-mail: gissele.carraro@puers.br.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS. E-mail: jprates@puers.br.

³ Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela PUC-RS. Bolsista CAPES. Professora do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA. E-mail: solangeberwig@hotmail.com.

cotidiano de vivência das populações, estabelecendo prioridades de ação e alternativas em resposta a situações singulares, que atravessadas por determinações de classes são tomadas como objeto de análises e proposituras.

No processo de construção do conhecimento de uma determinada realidade social requisita-se uma leitura contextualizada à realidade total, considerando as particularidades dos distintos “territórios de vivência” (KOGA, 2011) e as relações dinâmicas e contraditórias estabelecidas entre sujeitos e estruturas, mediada pelo uso apropriado de matrizes e referenciais teórico-metodológicos. Para tanto, pode-se efetuar tal processo a partir de variadas “lentes” de leitura da realidade social, que remete a um determinado modo de fazê-la, de perceber os sujeitos e a sociedade. Ou seja, ao método, “[...] como conjunto de valores, teorias, paradigma epistemológico que orientam nossas investigações; e método ou metodologia - como caminho, como o modo de fazer, como escolha de instrumentos, técnicas de coleta e análise” (PRATES, 2005, p.132).

Mas, não se trata de qualquer escolha. A defendida pelas autoras desse trabalho e assumida hegemonicamente pela categoria profissional dos (as) assistentes sociais como orientadora de todo e qualquer estudo, investigação e análise realizada tem como “lente” o materialismo histórico e dialético, fundamentado na obra marxiana. Tal eleição não é aleatória, mas porque se entende que esse auxilia com instrumentos que possibilitam o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade social, bem como, com subsídios para propor e intervir no real (PRATES, 2005).

Destarte, busca “[...] o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade” (PRATES, 2010, p. 05). Diferindo-se, portanto, de outras “lentes” para a leitura da realidade social, que apreendem todas as esferas da vida social de forma fragmentada, ocultando a essência dos processos sociais, como se fossem fenômenos naturais, absolutos e independentes da estrutura e da conjuntura histórica que os gestaram. Com isso, corre-se o risco de produzir análises e abordagens conservadoras – mais do que nunca presentes na sociedade capitalista brasileira –, que conduzem ao mascaramento das contradições sociais, ao ocultamento de suas determinações de cunho econômico, político, ideológico e cultural e à naturalização de suas consequências na vida dos sujeitos individuais e coletivos em suas condições materiais da existência e sociabilidades.

Sob esse aspecto, essas “lentes” de leitura, podem propiciar distintas possibilidades de análises e intervenções desenvolvidas com sujeitos individuais e coletivos em diferentes espaços ocupacionais e políticas sociais públicas, numa relação mediada por referenciais teórico-metodológicos e realidade social. Para que isso se concretize é fundamental o delineamento e a apropriação de categorias, haja vista que elas explicam e apanham “[...] o movimento real. A vida no real” (IANNI, 2011, p. 407). Outrossim, as categorias evidenciam a intencionalidade e a opção por um certo posicionamento diante do mundo e das pessoas no sentido de desocultar, desmistificar, decodificar o real-concreto, servindo, desse modo, como elementos orientadores para identificar, compreender, interpretar e explicar fenômenos e processos sociais. Assim, as “[...] categorias não se constituem apenas em elementos para realizar a análise do real, mas são parte do próprio real” (PRATES, 2003, p. 203).

Isso posto, pretende-se tecer, a seguir, algumas reflexões acerca da leitura de realidade social enquanto elemento do processo de planejamento do trabalho com sujeitos individuais e coletivos, apresentando algumas categorias analíticas para tal.

II – Planejamento e Realidade Social

Ao eleger a leitura da realidade social enquanto primeira condição para intervir junto com sujeitos individuais e coletivos pretende-se romper com as premissas postuladas por vários profissionais em relação à falta de sentido e necessidade do planejamento nos processos de trabalho desenvolvidos junto às diferentes políticas sociais públicas. A visão recorrente é de que: a) não é possível planejar porque “a realidade é muito dinâmica”, “não há condições” de trabalho para tal e “não tem jeito mesmo, não adianta”, “sempre foi assim” (visão determinista); b) o jeito como o planejamento vem sendo feito não funciona, pois “é mera formalidade”, como “processo não acontece”, “limita o trabalho”, “é muito complicado”, “não é participativo” e “é fora da realidade” ou “não está embasado na realidade concreta” (VASCONCELOS, 2008, p.17 - 21). Com isso, não se está negando que existam limites, condicionantes, dificuldades e entraves políticos e institucionais para efetuar o planejamento, tampouco que não haja um distanciamento entre as intenções expressas em planos e as ações realizadas.

No entanto, há um determinado consenso entre os vários estudiosos pesquisadores e especialistas (GANDIN, 1994; BAPTISTA, 2003, VASCONCELLOS, 2008) em planejamento de que “a leitura de realidade” é um dos processos a serem efetuados

inicialmente nessa atividade. Ou seja, todo e qualquer tipo de planejamento está referido a uma realidade a ser transformada por meio de um conjunto de ações antecipadas que visam a um fim (objetivos). Outrossim, entende-se que a “leitura da realidade” compõe a base fundamental e a justificativa para formular políticas, elaborar planos, programas e/ou projetos dirigidos a sujeitos individuais e coletivos. Devendo, pois constituir-se em um processo contínuo e sistemático, não se esgotando e se restringindo ao momento de aproximação inicial da realidade social, mas como um traço transversal, constitutivo e constituinte do planejamento em suas várias fases (elaboração, execução, avaliação).

Reside aí, a necessidade de estabelecer categorias analíticas de estudo da realidade sobre a qual se pretende efetuar intervenções, que devem contemplar diferentes informações primárias e secundárias, quantitativas e qualitativas, que conjuguem dados numéricos, mas também os aspectos que se colocam na singularidade dos sujeitos em seu cotidiano de vida e territórios em que estão inseridos, apreendendo e analisando as condições e os modos de vida. Ou seja, as condições concretas de existência, o acesso a bens e serviços, a violação de direitos, mas também seus anseios, desejos, valores, necessidades, demandas, suas práticas sociais, formas de resistências e relações de subalternidade e submissão.

Desse modo, é fundamental considerar a tríade dialética da singularidade-particularidade-universalidade, tendo em vista situar os aspectos cotidianos em seu contexto universal. Ou seja, captar as expressões da “questão social” em sua dimensão singular, mas particularizá-las através da sua conexão com a universalidade, superando sua fragmentação e análise estrutural segmentada, enriquecendo a análise do cotidiano e imprimindo uma direção social aos processos de trabalho desenvolvidos.

Portanto, a construção de alternativas interventivas em face a realidade social a ser modificada, que possibilitem a materialização de processos sociais emancipatórios e a ampliação do alcance dos direitos dos sujeitos individuais e coletivos requer o estabelecimento de relações, mediações e sistematizações que garantam a análise e interpretação da multiplicidade e diversidade de fatores que interferem na conformação das expressões concretas da “questão social” nos “territórios de vivência” das populações, que incidem sobre condições, modos de vida, formas de pensar, sentir, agir e resistir, envolvendo sentimentos, emoções, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas, com implicações nas dinâmicas familiares, nas formas de sociabilidade

estabelecidas entre os diferentes sujeitos individuais e coletivos, nas estratégias de sobrevivência, no exercício da responsabilidade de cuidado e proteção.

Para tanto, é pressuposto que a realidade social seja apreendida numa perspectiva analítica de totalidade. Logo, deve-se atentar para as variáveis estrutura e conjuntura, e na articulação entre ambas, situando sujeitos individuais e coletivos no contexto das relações sociais concretas. Pois, as demandas sociais que requisitam atenções específicas precisam ser interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas⁴ não satisfeitas, decorrentes dos processos de desigualdade, exploração, exclusão e pobreza que se expressam no cotidiano de vida das populações, próprias do modo de produção da sociedade capitalista.

Portanto, é nesse contexto, que são construídas alternativas de intervenção, em resposta às necessidades e demandas sociais dos sujeitos individuais e coletivos. Logo, a realidade social “[...] só pode ser concebida na sua totalidade concreta quando se conhece a mesma na dimensão social e histórica, compreendendo a unidade dialética da estrutura e superestrutura, onde o homem é reconhecido como sujeito da práxis” (CURY, 1995, p.38). Nessa direção, o objeto de intervenção profissional é o recorte da realidade que se apresenta, como “[...] o aspecto determinado de uma realidade total sobre o qual irá formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção” (BAPTISTA, 2003, p. 31).

Contudo, há que se considerar que a realidade social é complexa, contraditória e dinâmica. Por isso, a leitura da realidade é um processo permanente de mediações e aproximações sucessivas, que exige um esforço investigativo

[...] no sentido de captar e entender a realidade, tal qual se encontra no presente, sua articulação histórica, em vista de sua transformação [...]. Implica ir além da sua percepção imediata, buscando o *como é* (descrição) e o *porque é* (explicação); almeja a tomada de consciência do que está acontecendo, a apreensão radical (ir à raiz) da realidade [...]. Aponta limites e possibilidades; ajuda a equacionar os **problemas**; identificar as **contradições** e a localizar as **necessidades**. (VASCONCELLOS, 2008, p. 104, grifo do autor).

Nesse sentido, a realização de estudos na perspectiva de compreensão da realidade social como dinâmica, contraditória, histórica e ontológica, supõe avançar no desenvolvimento de bases teórico-metodológicas que possibilitem mediar à dimensão do

⁴ Para fins desta produção serão utilizadas necessidades sociais e necessidades humanas básicas como sinônimos, considerando a discussão efetuada por Pereira (2007).

senso comum com a produção de conhecimentos, bem como efetuar um fazer competente e eficiente, compromissado com a classe que vive do trabalho. Outrossim, ao atuar no movimento contraditório das classes – calcada (intervenção) nas determinações político-econômicas macroscópicas e sócio-históricas da realidade que a influenciam e a conformam – os profissionais imprimem uma direção social ao trabalho desenvolvido, ancorado e sustentado em fundamentos teórico-metodológicos e em valores e princípios éticos específicos.

Isso exigirá ainda, uma determinada posição ante à realidade social, de “[...] desocultamento/desmistificação/decodificação, de modo a apreender, implícita nelas, suas dimensões mais concretas” (BAPTISTA, 2003, p. 34). O que requer compreender as várias formas de luta, de resistência material e simbólica, percebidas e vivenciadas pelos diferentes sujeitos individuais e coletivos, e a partir disso propor ações que impulsionem o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, de transformação da realidade, que incidam sobre as condições de sobrevivência social desses indivíduos e despertando a sua consciência crítica.

Nessa ótica, considerando as transformações que se materializam na vida dos diferentes sujeitos individuais e coletivos, entende-se a necessidade de pensar propostas de trabalho no intuito de compreender: a) formas como as pessoas exercem seus papéis e responsabilidades no âmbito da sociedade, na família, na comunidade; b) como se dão as relações de afeto; c) quais valores e representações simbólicas vem constituindo o imaginário social e como isso vem afetando as práticas de cuidado e sociabilidades.

O que, sem dúvida, demanda apreender, para explicar, as mudanças ocorridas na sociedade, definidoras da construção das novas relações humanas. Ou seja, os impactos das mudanças estruturais e conjunturais rebatem diretamente na convivência familiar, comunitária e social, o que significa que o cotidiano das relações sociais precisa ser apreendido na totalidade da vida social. O entendimento da inserção social e o papel que está sendo atribuído aos sujeitos individuais e coletivos dependem desta apreensão.

Diante disso, tem-se como premissa que, apesar da imprescindibilidade – para a intervenção profissional daqueles que trabalham com sujeitos individuais e coletivos –, do reconhecimento e da busca de explicações às questões pertinentes ao vivenciado por cada indivíduo social, em suas situações singulares (condições e modo de vida, percepção, sentimentos, relações amorosas, formas de agir e resistir), isso não pode ser desarticulado das relações sociais estabelecidas na sociedade como um todo. As mudanças estruturais

e conjunturais afetam a dinâmica da vida social e familiar como um todo, e de forma particular, cada sujeito em seu cotidiano, considerando histórias de vida, vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social.

No bojo dessas considerações e levando em conta que a realidade social é dinâmica, contraditória e histórica, apresenta-se algumas categorias analíticas.

III – Categorias Analíticas para Leitura da Realidade Social

A leitura da realidade social pressupõe um minucioso trabalho investigativo a partir de um movimento que articula descrição, interpretação, compreensão e explicação de fenômenos e processos sociais, buscando aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações para fundamentar a intervenção profissional. Isso exige o emprego de algumas ferramentas que subsidiem tal processo, especialmente refere-se aqui as categorias analíticas.

Estas visam “[...] agrupar elementos, idéias ou expressões [...] servindo para explicar, justificar e questionar [a] realidade” (MINAYO, 1994, p. 70-71). Propiciam, pois, uma análise reflexiva dos “[...] aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações [...] [devendo] corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar” (CURY, 1995, p. 21). Logo, “[...] adquirem real consistência quando elaboradas a partir de um contexto econômico-social e político, historicamente determinado, pois a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos” (CURY, 1995, p. 21). Desse modo, indicam-se categorias como estrutura, conjuntura e articulação entre ambas como centrais para a análise crítica da realidade social.

A *estrutura*, a qual pode ser concebida como a forma de organização ou o sistema de composição da sociedade, sendo determinada pelas relações econômico-sociais estabelecidas em um dado momento histórico. Esta, por sua vez, é determinada pelo modo de produção (forças produtivas e relações sociais de produção) e pelo modo de ser nas relações da sociedade. Dito de outro modo,

na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 2008, p. 47).

Logo, as análises sobre o desenvolvimento do modo dominante de produção e reprodução das relações sociais em suas múltiplas dimensões e determinações são fundamentais para a compreensão das possibilidades, dos limites e dos graus de atenção e respostas dadas no atendimento às necessidades humanas básicas dos sujeitos individuais e coletivos que as políticas sociais públicas têm condições de prover por meio do conjunto de ações desenvolvidas, sendo estas condicionadas pelas características específicas de cada formação social e pela relação entre Estado e sociedade.

A *conjuntura*, que engloba o contexto/espço de interação entre vários fatores conjugados, “[...] na perspectiva das relações sociais e na forma como vão sendo produzidas – objetiva e subjetivamente – [num] determinado contexto sociocultural e econômico e em [um dado período histórico] [...]” (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2005, p.67). Para efetuar a análise de conjuntura é necessário apropriar-se de outras categorias, indica-se aqui, àquelas definidas por Souza (2005): acontecimentos, cenários, atores e relações de força.

Os *acontecimentos* dizem respeito ao conjunto de ocorrências, produzidas na sociedade pelo conflito entre capital e trabalho, consideradas essenciais e legitimadoras de princípios, valores e concepções teóricas e ideologias de determinada classe social sobre as demais (pessoas, grupos, classes sociais e países, entre outros), em um determinado tempo e espaço (cenários). Assim, os acontecimentos se tornam outros aspectos ou variáveis para a leitura da realidade social, haja vista que “[...] sua dimensão e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto” (SOUZA, 2005, p. 10), atingindo formas culturais, subjetividade, identidades coletivas e sociabilidades.

Nessa ótica, em sentido ampliado, os *acontecimentos*, “[...] indicam sempre certos ‘sentidos’ revelam também a percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe, [famílias, povos e comunidades tradicionais] tem da realidade e de si mesmos” (SOUZA, 2005, p. 11). Alia-se a isso o modo como os sujeitos individuais e coletivos reagem, resistem e mobilizam recursos afetivos, materiais e simbólicos frente ao impacto das transformações societárias, que os afetam enquanto ser social. Devem, portanto, ser descritos, interpretados e analisados à luz dos cenários de ocorrência.

Os *cenários* abrangem os espaços em um determinado tempo ou período de tempo, que permeiam os acontecimentos da “trama social e política” (SOUZA, 2005, p.

11). Entende-se a necessidade de identificar os principais cenários, atores envolvidos, assunções sobre o seu ambiente, seus objetivos e sequências de ações e eventos, incluindo obstáculos, contingências e êxitos dos atores, bem como adensar o conhecimento do objeto (fenômeno social) analisado para alcançar sua essência. Em alguns espaços, os cenários podem omitir elementos ou expressá-los de forma simples ou implícita. Por isso, deve-se ir além da aparência e penetrar na essência dos fenômenos sociais, é preciso que seja sistematizado com base em um referencial teórico e metodológico que propicie a realização de “[...] operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e, sobretudo, a dimensão *mediata* [...]” (KOSIK, 1976, p. 47) da realidade.

Contudo, nestes cenários encontram-se presentes os *atores*, concebidos como “[...] alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. [...] encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia” (SOUZA, 2005, p. 12). Vale ressaltar, que a expressão “ator” não se restringe a sujeitos individuais e coletivos, mas abarca ainda instituições/organizações.

Desse modo, as relações sociais instituídas pelos diferentes atores, que integram certos acontecimentos e cenários, podem ser definidas como *relações de força*. Caracterizam-se como relações de confronto, coexistência, cooperação ou expressas em relações de domínio, igualdade ou subordinação (SOUZA, 2005), que estão em constante movimento, já que sofrem as influências do meio do qual encontram-se imbricadas e se inter-relacionam, em uma dinâmica não linear.

Frisa-se que, apesar de Herbert de Souza (2005) utilizar a articulação entre a estrutura e a conjuntura como uma categoria para realizar análise de conjuntura, sugere-se que esta seja empregada como uma categoria analítica para a leitura da realidade social. No processo de articulação entre estrutura e conjuntura é “[...] fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. [Percebendo] quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram” (SOUZA, 2005, p. 14-15). Portanto, a análise dos acontecimentos referida a certos cenários, pela ação de seus atores, referenda relações sociais que apenas podem ser interpretadas, compreendidas e explicadas por sua relação com a conjuntura.

Diante do exposto, reitera-se que a compreensão da realidade social precisa ser nucleada a seus elementos históricos, que a gestaram, sendo possível afirmar que as relações sociais e as sociabilidades engendradas vinculam-se às situações concretas de

um dado período histórico e, portanto, possuem características distintas. Por isso a necessidade de “[...] recuperar o processo histórico, [...] interpretá-lo e reconstruí-lo [...]” (BAPTISTA, 2003, p. 114). Pois, o modo como mulheres e homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência deve ser interpretado, compreendido e explicado considerando o tempo e contexto históricos em que se encontram inseridos.

A partir das ponderações realizadas, particulariza-se algumas reflexões acerca da realidade social e a relação com os sujeitos individuais e coletivos no processo sistemático de análise que servirá de fundamento para elaboração de propostas de trabalho nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas.

IV – A Realidade Social e a relação com Sujeitos Individuais e Coletivos

Não é possível isolar os sujeitos, individuais e coletivos das relações sociais que estes estabelecem com a realidade social em que estão inseridos. Suas ações e experiências estão ligadas aos processos históricos constituídos pelo conjunto de categorias anteriormente apresentadas, a estrutura, conjuntura, os acontecimentos, e cenários. Nesse sentido, é fator essencial, para intervenção, o conhecimento da realidade social que cerca e que constituiu o conjunto de valores dos sujeitos, a fim de não reduzir a leitura sobre suas experiências, como processos descolados de uma realidade mais ampla.

Pensar na leitura da realidade social a partir dos sujeitos, individuais e coletivos, pressupõem reconhecer estruturas para além do conjunto familiar, embora este também seja elemento de influência da realidade. É fundamental entender que os indivíduos coletivos, para além dos grupos familiares⁵, são os sujeitos que vivem em grupos onde a cultura é um fator determinante da realidade social, como a exemplo, os povos tradicionais⁶, que por sua forma de vida, identidade étnica e coletiva, constituem

⁵ Compreende-se como família, o conjunto de indivíduos que convivem sob cuidados mútuos, com ou sem laços consanguíneos, rompendo com a concepção tradicional conservadora de família.

⁶ As Comunidades Tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional. Por seus processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa. São considerados povos tradicionais, os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varzeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros (SEPPPIR, 2016).

experiências particulares, que precisam ser conhecidas e contextualizadas a fim de compreender a realidade social.

A abordagem com os sujeitos individuais e coletivos, precisa partir da dinâmica do conhecimento de sua realidade, considerando sua cultura, hábitos, tradições, valores e modo de ser de diferentes grupos populacionais, tendo em vista não agir sob um conjunto de valores morais pré-determinados, reproduzindo ações de caráter conservador, voltados para manutenção da ordem capitalista. Assim o conservadorismo, constitui-se uma forma peculiar de pensamento, expresso como uma maneira de interpretar o presente, tendo como referência um modo de vida do passado e reproduzido por diferentes práticas sociais.

A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos com fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, e racionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa a base do “nós”; um indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais mais básicos (IAMAMOTO, 2011, p.24).

Os sujeitos, individuais e coletivos, constituem-se assim a partir da relação com a realidade social em que estão inseridos. Portanto, para intervir é preciso saber identificar, a partir dos diferentes contextos, as questões que cada grupo e/ou sujeitos vivenciam, o que exige para tal desenvolver uma capacidade de reflexividade, a partir da articulação de três dimensões, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, presentes nos processos de trabalho desenvolvidos. Pressupõem ainda, estabelecer um movimento contínuo de análise, intervenção e avaliação, assim como, atualização permanente, explicitação e mediações, teórico-práticas.

O risco de não reconhecimento da realidade social, pode comprometer a intervenção, negligenciando as singularidades dos sujeitos, acarretando em ações que reforçam estereótipos que os colocam na condição de “marginais”, “inadaptados”, “problematizados”, portadores de altos riscos e vulnerabilidades” (YAZBEK, 2010). Ou, no caso do trabalho profissional desenvolvido com as famílias, de considera-las como “incompletas”, não “normais” e/ou “desestruturadas” em face dos moldes esperados pela sociedade, ou ainda, de apreende-las a partir da consanguinidade. Além disso, de efetuar

intervenções baseadas valores moralistas, religiosos e ideológicos, contribuindo para a reprodução de lógicas arcaicas e conservadoras.

Contrário a isso, a premissa aqui levada em conta é a de que “[...] ‘a família’, diz Morgan, ‘é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma interior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado [...]’” (ENGELS, 2002, p. 30). Dessa forma, o entendimento de que a família é “[...] uma ilha de virtudes e de consensos [...]” (ROSA, 2006, p. 13) pode ser contestado, pois inúmeros estudos, pesquisas e indicadores sociais produzidos evidenciam que a violência sofrida por um número significativo de mulheres, crianças/adolescentes e idosos é efetuada por sujeitos com os quais possuem vínculos afetivos-relacionais próximos e/ou de seu cotidiano de vivência. Ou seja, a família é, também, um espaço permeado por conflitos, contradições e tensões, produzidas e reproduzidas cotidianamente a partir de sociabilidades, padrões e/ou valores culturais, econômicos e sociais que recebem da vida em sociedade. Visto que

[...] o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. [...] essa produção e reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie (ENGELS, 2002, p. 02).

Tal concepção remete para a noção de historicidade, pois em cada momento histórico particular é preciso realizar a leitura crítica da realidade social, de modo a compreendê-la “[...] em sua concretude e em seu movimento, [com o intuito de obter] [...] uma compreensão adequada do fenômeno” (MARTINELLI, 1993, p. 139). Sendo preciso “[...] penetrar neste complexo que expressa a realidade, para apreendê-la enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos” (MARTINELLI, 1993, p. 139). Deve-se, pois reconhecer as categorias produção e reprodução como elementos-chave, pois a satisfação das necessidades humanas básicas é possível de ser concretizada por meio de uma determinada relação de produção dos meios de subsistência.

Desse modo, se reconhece o processo histórico como balizamento central para que se possa desocultar/desmistificar/decodificar as múltiplas formas como as mudanças estruturais e conjunturais afetam as condições, os modos de vida, a forma como os

sujeitos individuais e coletivos pensam, sentem, agem e resistem, através dos tempos históricos.

Isso supõe conhecer, ouvir, possibilitar que se revelem em seu discurso e sua ação (MARTINELLI, 1999), compreendendo os sujeitos enquanto seres sociais e genéricos, objetivos e subjetivos, que se encontram em relação constante consigo mesmo, com a natureza e outros sujeitos e que suas ações e seu desenvolvimento são influenciados pelas condições sócio-históricas, culturais e econômicas da sociedade. Um sujeito que tem em sua natureza uma dimensão coletiva, pois em sua singularidade e relações particulares expressam vinculações de classe, considera a vivência cotidiana conecta às múltiplas determinações da realidade em que vive. (PASTOR, 1998).

Em suma, fazer a leitura da realidade social, não é um processo simples, é preciso reconhecer a experiência social do sujeito não apenas em suas condições de vida, mas em seu modo de vida, em suas formas de pensar, sentir, agir e resistir, às quais envolvem sentimentos, emoções, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas (MARTINELLI, 1999). Supõe, pois, que o sujeito possa expressá-los sem preconceitos e julgamentos, seja compreendido em seus limites e possibilidades e enquanto ser social capaz de fazer escolhas e tomar decisões.

Desse modo, é mister assumir uma postura ética de compromisso com os sujeitos individuais e coletivos nas diversas circunstâncias sociais, levando em conta as distintas realidades – pois cada qual carrega consigo valores, frutos de sua história pessoal e social, do seu tempo e do seu espaço existencial – a fim de não reproduzir uma atitude conservadora.

V - Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo problematizar a importância da leitura da realidade social para o planejamento das intervenções realizadas com sujeitos individuais e coletivos, entendendo que este tema é de grande relevância para o trabalho profissional, e precisa ser retomado, com vistas a aprofundar os processos de leitura da realidade, a fim de contribuir com a construção de propostas de trabalho junto as políticas públicas sociais e ainda, e não cair no risco de reforçar ações interventivas que remetam ao conservadorismo.

É imprescindível reiterar que a apreensão da realidade social dos sujeitos individuais e coletivos precisa ser nucleada a seus elementos históricos, que a gestaram,

já que a constituição destes, vincula-se às situações concretas de um dado período histórico e, conseqüentemente com características distintas. Pressupõe uma leitura permanente da realidade social. É fundamental considerar que a família, e os sujeitos individuais e coletivos se encontram em permanente processo de transformações, estas provocadas pela dinâmica das forças produtivas e das relações de produção estabelecidas pela estrutura socioeconômica e conjuntura histórica que está inserida.

Inegavelmente, ao eleger diferentes propostas de trabalho com sujeitos sociais e famílias deve-se considerar as mudanças ocorridas e em vigência na sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas e por que o fazem dessa forma e não de outra. Visto que as mudanças afetam a dinâmica das relações sociais como um todo e, de forma particular, cada grupo ou indivíduo conforme sua composição, história e pertencimento social.

Além dos aspectos mencionados, importa reconhecer o processo histórico como balizamento central para apreender a realidade social para posteriormente, delinear uma proposta de intervenção com sujeitos sociais que considere a pluralidade de arranjos familiares, grupos culturais, povos tradicionais, presentes na sociedade. O que requer compreender, para explicar, as mudanças os impactos das mudanças estruturais e conjunturais que afetam a convivência dos sujeitos nas relações familiares e comunitárias, e que delinham a construção das novas relações humanas.

Atenta-se para que o tema apresentado, não se esgota neste estudo, fica o desafio de contribuir teoricamente com subsídios para o trabalho realizado, junto a diferentes grupos e indivíduos, oferecendo elementos para leitura da realidade social e traçar estratégias de ação, que ultrapassem a execução terminal de políticas, mas que evidencie e respeite a dinâmica da diversidade étnica, cultural, política sob o risco de homogeneização das relações sociais, tão requisitada pela frente conservadora.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2003.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1982].

FÁVERO, Eunice; MELÃO, Magda Jorge; TOLOSA, Maria Rachel Jorge. **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, abr. 2011, p. 397-416.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, n. 43. São Paulo: Cortez, 1993, p. 136-141.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PASTOR, Márcia. Individualidade e totalidade como elementos para a reflexão no Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina v. 1 n. 1 p. 43-57 jul./dez. 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRATES, Jane Cruz. O Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis**, Porto Alegre, v. 7, 2003. p. 123-143.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Temporalis**, Ano V, n. 9, jan./jun., 2005. Recife: UFPE, 2005.

PRATES, Jane Cruz. **O Ciclo de investigação e o processo de planejamento da pesquisa social**. Síntese produzida para fins didáticos. Porto Alegre, 2010. Mimeografado.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social.** 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MS000000009>. Acesso em: 16 nov. 2007.

SEPPIR. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério dos Direitos Humanos. **Comunidades Tradicionais: o que são.** 2016. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SOUZA, Herbert José de (Betinho). **Como se faz análise de conjuntura.** 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e pobreza.** *Katálisis*, Florianópolis, v. 16 n.2. 2010.